

# DECLARAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA 1ª EDIÇÃO DO FÓRUM CONTINENTAL AFRICANO SOBRE MEGA BARRAGENS E A CRISE CLIMÁTICA, REALIZADO EM KINSHASA DE 25 A 27 DE JUNHO DE 2025

Somos movimentos sociais, membros de comunidades locais e de povos indígenas, organizações da sociedade civil, pescadores, agricultores, advogados, académicos, defensores dos direitos humanos, especialistas em energia e activistas de várias províncias da República Democrática do Congo (Kongo Central, Haut-Katanga, Ituri, Lualaba, Kivu do Sul e Kinshasa), bem como de países africanos como o Quênia, Guiné, Gana, Togo, Nigéria, Costa do Marfim, Moçambique, República do Congo, Camarões, Níger, Uganda, Senegal, África do Sul, Madagascar, Namíbia e América Latina, incluindo Brasil e Cuba. Nós nos conhecemos na primeira edição do Fórum Continental Africano sobre Mega-Barragens e a Crise Climática, que ocorreu em Kinshasa de 25 a 27 de junho de 2025 e foi organizado pela Coalizão de Organizações da Sociedade Civil para Monitoramento de Reformas e Ação Pública (CORAP), em colaboração com diversas organizações e movimentos, incluindo Justiça Ambiental, BioVision África, Movimento Latino-Americano de Vítimas de Barragens (MAR) e International Rivers.

Reconhecemos que o acesso à eletricidade e o desenvolvimento são imperativos para os nossos países africanos. No entanto, este desenvolvimento não deve comprometer o equilíbrio natural dos recursos e os meios de subsistência das comunidades locais e dos povos indígenas.

Acreditamos também que existem alternativas mais responsáveis e sustentáveis às mega-hidrelétricas e apoiamos um modelo energético baseado num planeamento coerente, em projetos descentralizados e em opções sustentáveis focadas no bem-estar e na dignidade das comunidades locais e dos povos indígenas.

Observamos e denunciemos a natureza neocolonial das instituições financeiras internacionais e regionais, em particular o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, que promovem projetos de mega-hidrelétricas e outros chamados projetos de desenvolvimento, que têm enormes impactos nas populações locais e no ambiente, beneficiando apenas as corporações transnacionais e as elites políticas e económicas.

Reconhecemos também que os impactos negativos das megabarragens repercutem nos direitos humanos, em particular nos direitos de gênero. As mulheres não só são excluídas dos processos de compensação e reparação, como também são particularmente afetadas pela perda de terras férteis, devido às dificuldades de acesso à água e à perda de meios de subsistência.

Reafirmamos nossa solidariedade com nossos irmãos e irmãs deslocados à força de suas terras ou forçados a aceitar indenizações insignificantes para dar lugar a megabarragens, bem como com aqueles que ainda aguardam reparação.

Acreditamos que a transição energética não pode ser um modelo único e dominante que favoreça o extrativismo em nossos países e atue como um fator de agravamento da crise climática. Qualquer transição energética deve ser justa, progressiva e baseada nas necessidades reais de cada país e nas realidades das comunidades locais e dos povos indígenas.

Observamos que os projetos de infraestrutura energética na África e em outros lugares geram riscos e impactos no meio ambiente, na economia e nas comunidades, e que esta situação representa inúmeros desafios para todas as partes interessadas envolvidas (tomadores de decisão, OSCs, comunidades):

- As barragens contribuem para a destruição dos ecossistemas fluviais e alteram a maneira como um rio deve fluir naturalmente, levando à extinção de muitos peixes e outras espécies aquáticas, bem como a uma enorme perda de florestas e terras agrícolas.
- Há uma falta generalizada de transparência e acesso limitado à informação sobre megabarragens, especialmente no que diz respeito aos seus impactos. Os dados disponíveis são escassos e frequentemente apresentados em línguas estrangeiras, tornando-os inacessíveis às comunidades e aos atores da sociedade civil. Observamos que, em todo o continente, empresas e governos que apoiam esses projetos violam sistematicamente o direito de acesso à informação das comunidades afetadas e se recusam a fornecer informações ou a disponibilizar estudos de interesse público, conforme exigido por lei.
- A participação pública e da sociedade civil muito limitada no desenvolvimento de visões, políticas e implementação de projetos de energia leva a iniciativas que beneficiam mais as corporações multinacionais do que as comunidades locais. As posições e demandas das comunidades locais em relação a esses projetos são frequentemente excluídas ou ignoradas deliberadamente nos processos de consulta pública.
- Comunidades e organizações da sociedade civil frequentemente enfrentam violência, intimidação e assédio quando expressam preocupações sobre os impactos devastadores desses projetos em suas vidas e futuros.
- Há também uma falta de conscientização sobre os mecanismos de responsabilização e responsabilização dos investidores estrangeiros, e esses mecanismos são muito complexos e caros para permitir que as comunidades locais tenham acesso a eles.

- Ao contrário das alegações da indústria de barragens de que produzem energia limpa ou verde, a maioria dos reservatórios emite gases de efeito estufa. A energia hidrelétrica de grande porte prejudica o meio ambiente e agrava a crise climática global. Ela emite metano, um dos gases de efeito estufa mais potentes e perigosos e, juntamente com o CO<sub>2</sub>, uma das principais causas das mudanças climáticas.
- Grandes barragens são extremamente caras para construir e financiar, e levam muito tempo para serem concluídas. Atrasos significativos são comuns, aumentando o custo estimado inicial.
- Os países contraem empréstimos colossais para financiar a construção de barragens e vastas linhas de transmissão de energia. Essas linhas normalmente fornecem eletricidade para minas, outras indústrias e grandes cidades. Esses empréstimos criam uma enorme armadilha de dívida, forçando os governos a priorizar o pagamento dos juros da dívida em detrimento da educação, saúde e outros serviços essenciais para seus cidadãos.

Construímos continuamente, passo a passo, a visão do mundo em que aspiramos viver. **Vislumbramos um mundo onde todos os povos do Sul Global exerçam plenamente os seus direitos: o direito de serem informados e de decidir sobre o futuro dos seus meios de subsistência, das suas terras e das suas águas.**

Em conformidade com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, defendemos os direitos humanos coletivos e individuais a uma vida digna e a um desenvolvimento que respeite as realidades culturais e sociais.

Como mulheres, homens, jovens, pessoas com mobilidade reduzida e idosos, estamos comprometidos com a plena realização destes direitos. Reconhecemos o papel essencial das mulheres como guardiãs e visionárias da sociedade e afirmamos o seu direito de participar plenamente na construção do futuro coletivo que estamos a construir em conjunto.

É com esta visão que exigimos:

#### **Aos governos africanos:**

- Desenvolver visões e políticas concretas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental que atendam às necessidades das populações locais, não de políticos ou multinacionais.
- Garantir a participação plena e efetiva das populações: envolver as comunidades locais, os povos indígenas e a sociedade civil em todas as etapas dos projetos energéticos. A posição e as demandas das populações em relação a qualquer projeto de desenvolvimento devem estar no centro de todas as fases de planejamento, execução e implementação do projeto.



- Garantir transparências e responsabilização, garantindo que todas as informações relacionadas ao projeto, incluindo financiamento, dívida, doadores, patrocinadores do projeto, impactos socioambientais, econômicos e climáticos, bem como relatórios de Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS), Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS), etc., sejam disponibilizadas. Qualquer estudo de viabilidade deve ser realizado por consultores ou atores independentes e imparciais, sem vínculo com os promotores do projeto, seguindo uma metodologia cientificamente sólida.

- Fortalecer as estruturas legais para proteger os direitos da comunidade, incluindo:

***O princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI);  
O direito das populações de dizer não;  
Compensação justa e prévia;  
Reassentamento e restauração dos meios de subsistência.***

- Implementar a justiça restaurativa e fornecer reparações para comunidades cujos direitos foram historicamente violados durante o desenvolvimento de projetos de mega-barragens.
- Interrompa imediatamente grandes projetos de barragens com impactos irreversíveis, levando em consideração seus impactos ambientais, sociais, climáticos e econômicos, e promova um diálogo aberto, inclusivo e profundo em torno de soluções energéticas limpas, equitativas e acessíveis para todos.
- Promover o acesso descentralizado à energia renovável (solar, eólica, pequenas hidrelétricas para países como a República Democrática do Congo com forte potencial hidrelétrico, biomassa e quaisquer outras soluções adequadas) para um desenvolvimento local justo e uma luta eficaz contra as mudanças climáticas.
- Honrar, monitorar e implementar compromissos internacionais (instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Convenção sobre Diversidade Biológica, Acordo de Paris, etc.).
- Promover a gestão comunitária de florestas e paisagens comunitárias, bem como o desenvolvimento da agroecologia.

#### **Para as comunidades locais:**

- Não hesite em defender seus direitos e fazer sua voz ser ouvida: o espírito de seus ancestrais e a força das gerações futuras estão com você.
- Capacite-se em todas as questões relacionadas a megabarragens: direitos humanos, impactos, riscos e alternativas a grandes barragens.
- Informe outras comunidades e organizações locais o mais rápido possível sobre projetos de megabarragens em seus territórios.
- Promova a coesão local e crie alianças e redes comunitárias.
- Fortaleça a participação das mulheres em todos os níveis.
- Considere e utilize os mecanismos de responsabilização de instituições financeiras internacionais como meio de fazer valer seus direitos.

- Estabeleça mecanismos de consulta local inclusivos desde os estágios iniciais dos projetos.

## **Para Organizações da Sociedade Civil (OSCs)**

### **1. Advocacia e Mobilização Comunitária**

- Trabalhar em parceria com as comunidades locais para fazer valer suas demandas e posições.
- Documentar e denunciar violações de direitos humanos e impactos climáticos.
- Exigir que as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) assumam suas responsabilidades. Corporações transnacionais e governos são responsabilizados pelos impactos dos projetos que financiam ou promovem.

### **2. Análise e reformas jurídicas**

- Analisar os marcos legislativos nacionais e propor reformas que promovam os direitos das comunidades locais e responsabilizem empresas e instituições financeiras pelos impactos dos projetos que promovem.
- Identificar oportunidades de reforma e promover a participação de OSCs.

### **3. Proteção de Defensores**

- Estabelecer mecanismos de alerta precoce para proteger atores da sociedade civil e líderes comunitários.
- Fortalecer e praticar a solidariedade ativa com comunidades que enfrentam intimidação, perseguição e ameaças devido à sua resistência a megaprojetos de desenvolvimento.

### **4. Participação em fóruns de tomada de decisão**

- Participe ativamente de fóruns internacionais para promover os direitos das comunidades locais e dos povos indígenas, pôr fim à crise climática e proteger o meio ambiente.
- Garantir que as vozes das comunidades afetadas sejam ouvidas e que seus direitos sejam respeitados.

### **5. Produção e compartilhamento de conhecimento**

- Produire des documents d'analyse et des outils d'information accessibles et multilingues.
- Capitaliser et partager les expériences des membres.

### **6. Capacitação**

- Organizar treinamentos adaptados às necessidades da comunidade.
- Promover a liderança comunitária, especialmente entre as mulheres.
- Desenvolver conhecimento sobre mecanismos independentes de responsabilização aplicáveis a investidores estrangeiros.

- Desenvolver capacidades estratégicas, metodológicas, técnicas e financeiras para uma advocacy eficaz.

### **Às Instituições Financeiras Internacionais:**

- Desvincular-se de todos os projetos de grandes barragens, pois causam danos irreversíveis aos países anfitriões, à biodiversidade, às comunidades locais e aos povos indígenas; eles comprometem o desenvolvimento sustentável e contribuem para o empobrecimento das populações afetadas.
- Garantir o cumprimento rigoroso das políticas de proteção ambiental e social, bem como dos direitos humanos, durante todo o ciclo de vida do projeto.
- Redirecionar os investimentos para fontes de energia sustentáveis e renováveis.
- Envolver organizações da sociedade civil (OSC) e comunidades, em particular mulheres, no desenvolvimento de estratégias nacionais e garantir que suas preocupações sejam devidamente levadas em consideração.
- Garantir a disseminação e o acesso efetivo à informação para comunidades locais, povos indígenas e organizações da sociedade civil (OSC) sobre grandes projetos de investimento em barragens.

**Realizado em Kinshasa, 27 de junho de 2025**

**Participantes do Workshop Continental Africano sobre Mega Barragens e a Crise Climática**



## PARTICIPANTES DO FÓRUM CONTINENTAL SOBRE BARRAGENS E A CRISE CLIMÁTICA IN AFRICA

Nº	NOMBRES	ORGANIZACIONES	PAÍS
1	MIAFUNGA GERARD CLAUDE	CORAP	KINSHASA/RDC
2	BAWAWANA LUKAYISA THOMA	CORAP	LUOZI/RDC
3	MUZITA WA MUZITA	CORAP	LUOZI/RDC
4	ZONGWE FRANK	KILALOPRESS	KINSHASA/RDC
5	OKONDA RAPHAEL	EIENE	RDC
6	BIYUNGA LOTI	API	RDC
7	LUAMBA NZITA	CODICLI	INGA/RDC
8	NYAMIRIRI CHRISTILLA	RDF/BASE	KINSHASA/RDC
9	ITHALO YAPALY DANIEL	RDF/BASE	KINSHASA/RDC
10	IRENGE LYAHAMISI PACIFIQUE	CORAP	KINSHASA/RDC
11	KALONDA ALI	CORAP	KINSHASA/RDC
12	EYOBI VICTOIRE	ACTEDD	KINSHASA/RDC
13	BOBIA JOSEPH	BVGRN	KINSHASA/RDC
14	MAKIESE KAMBALE PA- TIANCE	ACEPD	KINSHASA/RDC
15	OTSHUDEMA POMELA AU- GUY	MCDC	KINSHASA/RDC
16	MILABYO CAMILE	ITINERANTS	KINSHASA/RDC
17	EFONGO CLAUDE	ADICO	KINSHASA/RDC
18	MUSAMBI NESTOR	MEDD	KINSHASA/RDC
19	NDAYE BERNARD	CERERK	KINSHASA/RDC
20	LINGBELU ISSA	GTCRR	KINSHASA/RDC
21	MBANGISA OLIVIER	CODIC	KINSHASA/RDC
22	NGUMA DIANE	FACID	KINSHASA/RDC
23	BOTOKO ALAIN	SOCIETE CIVILE/ENV	KINSHASA/RDC
24	LUSILAO DELIVRANCE	ITINERANTS	KINSHASA/RDC
25	BISOKA AYMAR	UNIVERSITE DE MONS	Belgique
26	NGUWA BOFUMBO	ASS. PACTE SOCIAL/ CENCO	KINSHASA/RDC

27	NYEMBA KASONGA SU-ZANNE	ASS. PACTE SOCIAL/ CENCO	KINSHASA/RDC
28	MANUL GHUQU	JA	MOZAMBIQUE
29	LALIFO PATHEQUE	JA	MOZAMBIQUE
30	FATIMA BICUANI	JA	MOZAMBIQUE
31	NSAKA MANASSE	ANDH	KINSHASA/RDC
32	MASUDI WAKILONGO	CTN/PA IFSI	KINSHASA/RDC
33	NYEMBO CHRISTIAN	CBCS	KINSHASA/RDC
34	NDAY EDITH	INDEPENDANT	KINSHASA/RDC
35	MUSUMARI KUDI MEDI	CODED	KINSHASA/RDC
36	KABOLONGO KONGUNDE CRISPIN	ACVDP	KINSHASA/RDC
37	NSUNDA MANTEZOLO	ACVDP	KINSHASA/RDC
38	METIKUIZA KABALAY	ACVDP	KINSHASA/RDC
39	NZUZI MABONGA	CODICLI	INGA/RDC
40	KATOLO KIOKA MOISE	LAFOCODI	INGA/RDC
41	MVIBUDULU NGOMA EMILE	LAFOCODI	INGA/RDC
42	MAKUALA MARCO ANDRE	LAFOCODI	INGA/RDC
43	MVUZOLO ALBERTINE	LAFOCODI	INGA/RDC
44	MVUEZOLO ANGELIQUE	FEMMES DU FLEUVE	INGA/RDC
45	KIHONDA JEAN FILS	CODICLI	INGA/RDC
46	ESAMBEYA MWALELE	SONGOLOLO MAKOLE	SONGOLOLO MA- KOLE
47	NGINADIO VUKULU	SONGOLOLO MAKOLE	SONGOLOLO MA- KOLE
48	DIALLO MAMADOU LAMA- RANA	AMINES	GUINEE
49	BAMBA IBRAHIMA KALIL	CECIDE	GUINEE
50	ADETO KOSSIVI CHARLES	CJE-TOGO	TOGO
51	BENGA NDOMPETOLO JULES	SOCIETE CIVILE/KC	KC/RDC
52	MBAMBI MBADU GERMAIN	D5	KC/RDC
53	PHAMBU KUKAMBU FABIEN	D5	KC/RDC
54	MANARA JOSEPH	DEDUR	HAUT-KATANGA/ RDC
55	KOUASSI AMOCH	WOMIN	COTE D'IVOIRE



56	POKOU MARIE-France	WOMIN	COTE D'IVOIRE
57	FADONO BAIMEY REINE	WOMIN	COTE D'IVOIRE
58	MAKOBO NDJIMIMA LEON- NIE	BUSANGA	LUALABA/RDC
59	KAMBOLA LENGE DONAT	IBGDH	LUALABA/RDC
60	RAMANGAMIHANTE REBEKA	11th HOUR	MADAGASCAR
61	NGELINKOTO PATIENCE	UPN	KINSHASA/RDC
62	KASSONGO ERICK	CODED	KINSHASA/RDC
63	MALONDA PHOLO PAULIN	CNE	KINSHASA/RDC
64	OKENDA JEAN PIERRE	LA SENTINELLE	KINSHASA/RDC
65	UMPULA EMMANUEL	11th HOUR	KINSHASA/RDC
66	NZOBO ROCH EULOGE	CDHD	CONGO BRAZZA- VILLE
67	GQUALA KOKO	CDHD	CONGO BRAZZA- VILLE
68	KORUHAMA ALPHONS	KEDF	NAMIBIE
69	KARIPETUA UARIJE	KEDF	NAMIBIE
70	MBENDURA NGAEKARE	KEDF	NAMIBIE
71	GENNY NGENDE	IR	SOUTH AFRICA
72	JUAN FRANCISCO SANTOS	MAR	CUBA
73	MBALA BATOBA ENOCK	KEDF	KINSHASA/RDC
74	OLIUAES LETICIA	MAR	BRESIL
75	YEFFE HENRI JOEL CHAN- FORT	JVE-COTE D'IVOIRE	COTE D'IVOIRE
76	EUCABETH AWUONDA	WMN	KENYA
77	SYLLA DAMAYE	CECIDE	GUINEE
78	FOFANA MOHAMED	CECIDE	GUINEE
79	SOUMAH FOULEMATOU	CECIDE	GUINEE
80	MATAMBA GEORGES ALAIN	ANEC	KINSHASA/RDC
81	KUMBIKUMBI CHRISTOPHE	ANEC	KINSHASA/RDC
82	MANTEKE KABAY JEAN	DRE/MEDD	KINSHASA/RDC
83	ILUNGA SAMY	DYJEDD	KINSHASA/RDC
84	ARUNA JOSUE	CBCS	KINSHASA/RDC
85	ZINGA MUPEPE	CULTUVATEUR	KINSHASA/RDC
86	TSHIOMBELA JONAS	NSCC	KINSHASA/RDC
87	KAKINDA JOSEPH	BVGRN	KINSHASA/RDC

88	MODJAKA BIBICHE	SDV	KINSHASA/RDC
89	AMBA ESPERANCE	SDV	KINSHASA/RDC
90	MONENE EVELYNE	ADPI	KINSHASA/RDC
91	BAYEKULA JOLY	LAFIKODI	KC/RDC
92	UMBA ILUNGA DESIRE	BUSANGA	LUALABA/RDC
93	LUKOMBO MAKUALA	NOTABLE	INGA/RDC
94	LUAKU NSIMBA	CODICLI	INGA/RDC
95	KABEDI LAURETTE	APEM	RDC
96	MBUMBA LELO GERMAINE	CODICLI	INGA/RDC
97	MOENGA MANAKA FISTON	MANIEMA LIBERTE ONGD/H	RDC
98	KEBA JEAN	AFUEWOTCH	KINSHASA/RDC
99	NGIMBISERGE	IDEL/ASBL	BOMA/RDC
100	NSOKA APOLLINAIRE	IDEL/ASBL	BOMA/RDC
101	UFUNGWAS ALBERT	CORAP	KINSHASA/RDC
102	NGOBO MINOS	INIDEV	KINSHASA/RDC
103	MATUTILA WANUNGA YVON	RDF/BASE	KINSHASA/RDC
104	ISOGO FRANCIS	GRADI/ASBL	KINSHASA/RDC
105	MBOMBO MIGNONNE	TOGETHER	KINSHASA/RDC
106	MAKENGO LANGA IDRIS	FACID/CFLEDD	KINSHASA/RDC
107	BASEA HORTENSE	ACP	KINSHASA/RDC
108	KAKOKO HENDRICK	RRN	KINSHASA/RDC
109	FADO NGOY CYPRIEN	ITINERANTS	KINSHASA/RDC
110	NKPEEBO AMOS	FIDEP	GHANA
111	BONDJEMBO ITAMBA	CTIDD	KINSHASA/RDC
112	KAMWAKA ROLAND	UPN	KINSHASA/RDC
113	ABANDA JEANNE-MARIE	CERN-CENCO	KINSHASA/RDC
114	KAYEYE FREDDY	CNPAV	KINSHASA/RDC
115	KIBEKE FRANCINE	CONAPAC	KINSHASA/RDC
116	FWAMBA NENETTE	COJEC	KINSHASA/RDC
117	SIZIWE META	INTERNATIONAL RIVERS	RSA
118	KUNDA WA KUNDA	MJPE	KINSHASA/RDC
119	COLEEN SCOTT	IDI	USA/KENYA
120	NDOKO JEAN WILLY	GIZ	KINSHASA/RDC
121	BASHIGE EMMANUEL	CPEDD/SK	KINSHASA/RDC

122	BANGARE YAHAYA	WOMIN	NIGER
123	GARBA RAKIA IBRAHIM	WOMIN	NIGER
124	MOLO ETOGAEPSSANO		CAMEROUN
125	NDZIE AGNES SYLVIE	GDA	CAMEROUN
126	KAMUANYA MBIOCI	TOGETHER	KINSHASA/RDC
127	META GERTRUDE	MOJAC	KINSHASA/RDC
128	MBWITI MA LWAMBA FLOR- ENCE	RDF/BASE	KINSHASA/RDC
129	EBWASA BELA JEAN LAM- BERT	GVRN	KINSHASA/RDC
130	BUENDE PATRICK	CODED	KINSHASA/RDC
131	FOFOLO KAZIKA ORVILLE	CODED	KINSHASA/RDC
132	EKUMO BOFENDA GENIAL	CODED	KINSHASA/RDC
133	ISASA MANOU	RDF/BASE	KINSHASA/RDC
134	KIZA BIRUNGI GRACE	FOPED	KINSHASA/RDC
135	MBA MBIA DANIELLE	GDA	CAMEROUN





# FORUM CONTINENTAL AFRICAIN

**SUR LES MÉGA-BARRAGES  
ET LA CRISE CLIMATIQUE**

**1<sup>RE</sup> ÉDITION  
À KINSHASA**

## TELEFONE

**+243 811697699  
corapreforme2014@gmail.com  
emmamus023@gmail.com**

## ENDEREÇO

**13B, AV/BASOKO, C/  
GOMBE, KINSHASA-RDC**